

UMA REFLEXÃO SOBRE A DEMOGRAFIA DE LIVRES E DE ESCRAVOS NO LITORAL SUL-FLUMINENSE. ANGRA DOS REIS, SÉCULO XIX

Marcia Cristina de Vasconcellos¹

RESUMO: Em meio às mudanças que ocorreram na economia local e diante da política de abolição gradual da escravidão, visa-se verificar e analisar as características e a dinâmica das populações livre e escrava de Angra dos Reis, no século XIX. Para tal, serão trabalhados os relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro, o Censo Nacional de 1872 e os inventários *post-mortem* de escravistas.

Palavras-chave: escravidão, demografia, século XIX

ABSTRACT: Amongst the changes occurred in the local economy face the politics of gradual abolition of slavery, we intend to verify and analyze the characteristics and dynamics of free and enslaved populations of Angra dos Reis in the XIX century. To do that, we are going to work with reports of presidents of the province of Rio de Janeiro, the National Census of 1872 and *post-mortem* slave owners inventories.

Keywords: Slavery, Demography; XIX Century.

¹ Doutora em História pela USP. Professora do curso de História da UNIABEU e das Faculdades Integradas Campograndenses (FIC's/FEUC), Rio de Janeiro.

Pretendemos avaliar a dinâmica da população livre e escrava em Angra dos Reis, no século XIX, em meio a um quadro de mudanças das atividades econômicas locais e de profundas alterações no sistema escravista, com a assinatura da Lei Eusébio de Queiróz, de 1850, que determinou o fim do tráfico internacional de escravos; do aumento do comércio intra e inter-provincial de cativos; da lei do Ventre Livre, de 1871, que tornava livre toda a criança nascida a partir da data, além da criação de um fundo de emancipação, da matrícula de escravos, do direito do cativo acumular um pecúlio e da proibição de separação da família escrava; da lei dos sexagenários, em 1885; e, finalmente, da lei Áurea, que abolia a escravidão de forma imediata e sem indenização(MACHADO, 2011). Mas, antes de conhecermos os habitantes da vila de Angra, veremos a história da localidade.

Angra dos Reis localiza-se no litoral sul-fluminense, onde encontramos as Usinas Nucleares de Angra 1 e 2. O município, no início dos oitocentos, já apresentava as delimitações territoriais existentes hoje, indo do rio Caratuaia, limite com Mangaratiba, e o rio Mambucaba, fronteira com Parati, e era composta pelas freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis; Nossa Senhora da Conceição da Ribeira; Nossa Senhora de Santana da Ilha Grande; Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba; e Nossa Senhora da Santíssima Trindade de Jacuecanga.

A localidade foi um dos primeiros núcleos conhecidos da Costa Sul de São Sebastião do Rio de Janeiro, em torno de 1502. No entanto, ao longo do XVI, poucos se aventuraram a ocupar a região, em função da presença de aldeias indígenas tupinambás (CAPAZ, 1996, p. 28).

Durante o século XVII, o porto de Angra apresentou um modesto crescimento e um pequeno comércio era realizado com o interior, “serra acima”. Instalou-se, na segunda metade do século, um estaleiro para a construção de fragatas que seriam usadas para a navegação e policiamento marítimo, e difundiu-se a pesca da baleia (VASCONCELLOS, 2006).

Na virada para o século XVIII, a descoberta de ouro nas Minas Gerais causou uma grande modificação no ritmo de vida da colônia, inicialmente visível para aquelas localidades que diretamente serviram-lhe de acesso (SOUZA, 1994, p. 32), como Parati e o resto do litoral sul-fluminense. Em princípio, a única alternativa de acesso ligando o Rio de Janeiro às minas era Parati (SOUZA, 1994, p. 33), por meio do

“Caminho Velho” do Rio de Janeiro ou dos Guaianazes. O movimento dinamizou Parati. “A vila tinha crescido, cultivou-se mais a terra, aumentou o movimento do porto, do comércio, do transporte de mercadorias e escravos” (SOUZA, 1994, p. 37). A agitação que se abateu sobre a comunidade paratiense, também beneficiou a vila de Angra, para onde foram os “descaminhos” do ouro (MACHADO, s.d., p. 23).

Em fins do século XVIII, com a expansão cafeeira, o pólo dinâmico da atividade econômica deslocou-se de Parati para Angra. Isso se deu em virtude não só das vantagens do porto localizado na vila de Angra, mais profundo e livre de assoreamento; mas também, pela existência de pequenos embarcadouros naturais, caso de Jurumirim, Bracuí, Ariró, Frade e Mambucaba, fixados na Baía da Ilha Grande, próximos às produtoras de café “serra acima” (CAPAZ, 1996, p. 100-101).

O litoral sul-fluminense especializou-se no escoamento da produção proveniente do vale do Paraíba. Isso ocorreu em função da abertura ou melhoria das estradas. (MOTTA, 1999, p. 51). Em Angra chegavam tropas de São João Marcos, de Resende, de Piraí, de São Paulo e de Minas Gerais. (LAMEGO, 1964, p. 241) O porto, neste contexto, tornou-se de grande importância, “é o seu porto o mais próximo e o melhor dos surgidouros para a exportação” (LAMEGO, 1964, p. 241).

Surgiram outros embarcadouros, como os de Jurumirim, Ariró, Ribeira, Mambucaba, Bracuí e Frade. (LAMEGO, 1964, p. 242) Paralelamente, foram construídos armazéns de café. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1848 havia 21 armazéns de café no litoral, além de negociantes de café, correspondendo a 15, no ano de 1856.

O café também provinha de plantações locais, vistas por viajantes. Segundo Pohl (1976, p. 69), que esteve no Brasil entre 1817 e 1821, os cafezais faziam parte da paisagem, além de cana-de-açúcar, bananeiras e laranjeiras. Já o viajante Kidder (1980) observou, em 1839, após a elevação da vila de Angra à categoria de cidade (CAPAZ, 1996, p. 175), plantações de café e de cana-de-açúcar nas terras da freguesia da Ilha Grande (KIDDER, 1980, p. 183).

Dados extraídos do *Almanak Laemmert* indicaram a existência de fazendeiros e lavradores de café, somando, por exemplo, 114, em 1862, enquanto, em 1854, 10 eram definidos como fazendeiros de café e aguardente e 79 se dedicavam ao cultivo de café e mantimentos. Segundo este mesmo almanaque, no ano de 1854, o

café transportado provinha de Angra, mas também da “serra acima”: “navegam por este município cinco vapores e vários barcos que carregam café da província de São Paulo e deste município, sendo o do município acima de 250.000 arrobas” (VASCONCELLOS, 2006).

Enfim, em parte do século XIX, a população de todo o litoral e, em particular, da região em estudo, estava voltada para o cultivo de café e de alimentos. O movimento de seus portos, por sua vez, estimulou a economia, por meio da venda de excedentes aos homens que subiam e desciam a serra, além de possibilitar o emprego de moradores nas embarcações que circulavam pela baía da Ilha Grande. Não obstante, a partir de meados do século, a Estrada de Ferro D. Pedro II chegou, em 1864, a Barra do Piraí, em 1871, a Barra Mansa e, em 1877, a Queluz. (EL-KAREH, 1982)

A produção cafeeira que era até então escoada pelos portos do litoral sul-fluminense passou a ser transportada por via férrea, oferecendo aos seus usuários, mais rapidez e segurança. Vinculado à queda do escoamento do café, a partir de 1870, “em Angra dos Reis, os casarões assobradados que tinham depósitos de café na parte térrea, foram sendo abandonados e começaram a ruir” (CAPAZ, 1996, p. 202). Destino semelhante tiveram as estradas que conduziam as produções até o litoral, como as de Ariró, de Mambucaba e de Parati (CAPAZ, 1996, p. 203).

A seguir, analisamos as populações livre e escrava que viveram em Angra dos Reis. Nosso objetivo é verificar se as mudanças ocorridas na economia e as medidas tomadas no sentido de uma abolição gradual da escravidão tiveram reflexo sobre os moradores. Para tal, começamos por conhecer a composição demográfica entre 1840 e 1872.

No ano de 1840, 12.050 (53%) eram livres, contra 10.552 (47%), de escravos. Em 1850, 14.736 (58%) e 10.480 (42%) foram, respectivamente, livres e escravos. Em 1856, encontramos, respectivamente, 16.606 (63%) e 9.659 (37%) e, em 1872, 17.289 (79%) e 4.544 (21%) (VASCONCELLOS, 2006). Houve um predomínio de livres sobre os escravos em todos os anos analisados, ocorrendo, inclusive, um aumento numérico.

A elevação da população livre foi observada antes mesmo de 1840. Segundo Marcondes (1995), o litoral sul-fluminense conheceu um aumento de habitantes livres desde 1780. Dividindo por subperíodos, o autor constatou que o grupo “outros”, grupo

no qual a região em estudo fazia parte, chegou a uma taxa geométrica anual média de 0,55%, entre 1780 e 1821, e 1,29%, entre 1821 e 1840 (MARCONDES, 1995, p. 259).

Em relação aos escravos, verificamos um decréscimo. O mesmo foi observado em outras localidades, principalmente naquelas dedicadas ao abastecimento interno, na segunda metade do século XIX. (SAMPAIO, 1994, p. 145) Em Capivary, por exemplo, “entre 1856 e 1872, a população escrava do município decresceu de 5.999, cerca de 40% do total recenseado, para 3.903, 22% do conjunto da população” (CASTRO, 1987, p. 41).

Confrontando os percentuais encontrados para o município de Angra, observamos que, o peso dos escravos sobre o total populacional foi menor que o calculado para Mangaratiba, onde os percentuais foram de 56,2%, em 1840; 49,4%, em 1850; 41,3%, em 1856; e 22,1%, em 1872. Já, em Parati, os cativos representaram, respectivamente, 37,7%, 34,9%, 27,7% e 16,9% (VASCONCELLOS, 2006).

Sobre um dos motivos para a diminuição do número de escravos no município, o Jornal do Comércio aponta para um processo de saída de cativos de Angra. Acompanhando os dados relativos às entradas de embarcações no porto carioca, o jornal informava o número e o nome dos passageiros que vinham nas embarcações, incluindo “escravos a entregar”. Entre 1830 e 1839, chegaram ao Rio de Janeiro, 88 “escravos a entregar”; entre 1840 e 1849, 198; entre 1850 e 1859, 459; entre 1860 e 1869, 531; nos anos de 1870 a 1879, 380, incluindo cinco ingênuos; e de 1880 até 1888, 22 cativos (VASCONCELLOS, 2006).

A expressão “escravos a entregar” pode indicar a venda de cativos. Pelo que parece, aqueles estavam sendo conduzidos a seus novos donos. Se isso for verdade, podemos afirmar que muitos escravistas estavam vendendo seus cativos. No entanto, uma dúvida: os escravos que chegavam ao porto do Rio de Janeiro provinham do litoral ou do interior? Poderiam ter sido apenas embarcados pelos portos do litoral sul-fluminense, mas tinham sua procedência para além da serra. Mesmo com as observações e dado a grande perda em números de escravos, é seguro que estavam aí, entre os “escravos a entregar”, alguns, ou muitos, dos cativos desaparecidos no censo de 1872.

Sobre a frequência de homens e de mulheres na escravaria, constatamos que, em 1840 havia 130 homens para cada 100 mulheres, enquanto, em

1850, tínhamos 122, e, em 1872, 98. Ocorreu, então, um gradativo equilíbrio entre os sexos, principalmente, na segunda metade do século XIX, exatamente quando observamos uma redução percentual de escravos no município. Com isso, podemos pensar que houve um processo de venda de escravos do sexo masculino, por serem mais aceitos no mercado, ou que a reprodução natural foi, gradativamente, promovendo um equilíbrio entre os sexos.

A presença de cativos do sexo masculino em Angra foi inferior àquela encontrada, por exemplo, em Magé. Nesta região, em 1850, havia 165 homens para cada 100 mulheres; enquanto, que, em 1856, chegava a 140 e, em 1872, a 112. (SAMPAIO, 1994, p. 148) Também foi menor que a localizada para Capivary, no ano de 1872, correspondendo a 111,3 (CASTRO, 1987, p. 42), e inferior aos 134 homens em Paraíba do Sul, em 1872 (RIOS, 1990, p. 21).

Dos escravos existentes em Angra, desde a década de 1850, já havia uma predominância dos crioulos sobre os africanos. Entre 1856 e 1872, o percentual dos cativos nascidos no Brasil elevou-se. Em 1856, 6.043 (63%) eram crioulos, contra 3.616 (37%) africanos. Em 1872, encontramos, respectivamente, 3.768 (83%) e 776 (17%) (VASCONCELLOS, 2006).

A diminuição de africanos e o aumento percentual de crioulos apontam, mais uma vez, para a venda de escravos, geralmente homens, muitos dos quais africanos ou para falecimentos, ou para a reprodução interna que promoveu uma “crioulização” da escravaria.

Sobre os informes encontrados até agora para Angra, deduzimos que estava ocorrendo mais do que um processo de “crioulização”, a formação de uma comunidade escrava que tinha uma origem comum, um histórico de antepassados africanos, porém de profunda vivência geracional na senzala.

Dos crioulos de 1872, grande parte tinha nascido na província do Rio de Janeiro, correspondendo a 3.586 (98%) escravos. Em segundo, vinham os cativos do Nordeste, respondendo por 54 (2%); em terceiro, os do Sudeste, somando 29 ou 0,8%; e em último, um cativo do Sul, ou 0,1% (VASCONCELLOS, 2006).

O percentual de cativos originados do Rio de Janeiro foi semelhante ao encontrado para Magé — 95,43% dos escravos tinham sua origem na própria província em que viviam e trabalhavam. (SAMPAIO, 1994, p. 155)

A presença de crioulos em Angra reforça a ideia, tal como apontado por Sampaio (1994), da existência de uma comunidade escrava que vinha se formando, caracterizada por cativos nascidos no Brasil, ou mais precisamente, na própria província. Sobre Magé, disse Sampaio (1994, p. 157-158),

A pequena participação de africanos em sua população e o fato de serem quase todos os crioulos nascidos no Rio de Janeiro dava-lhes uma grande unidade cultural e devia também traduzir-se num forte sentimento de pertencimento a uma comunidade, com vivências e valores bastante semelhantes, pois forjados em realidades igualmente próximas.

No ano de 1856, os idosos corresponderam a 27,6% dos 9.572 cativos; as crianças, de zero a 14 anos, representaram 28,7%; e os adultos, 43,7%. Portanto, havia um predomínio de cativos considerados mais aptos ao trabalho ou, em tese, mais valiosos. Já no ano de 1872, os adultos corresponderam a 41,5%, os idosos representaram 30,1% e as crianças, de zero a 15 anos, 28,4% (VASCONCELLOS, 2006). A frequência de crianças sobre o total dos escravos manteve-se estável, o de adultos sofreu uma diminuição e o de idosos, uma ligeira elevação percentual.

A população escrava de Angra estava envelhecendo, visto que o único percentual que aumentou, entre 1856 e 1872, foi o dos cativos de 41 anos ou mais. O envelhecimento atingiu, possivelmente, os cativos de origem africana, já que, no ano de 1872, havia se passado 22 anos da abolição do tráfico de escravos e, portanto, de suspensão da entrada de cativos de “além-mar”.

Sobre as crianças, em 1856 e em 1872, 28% dos cativos tinham até 14 anos. Esse percentual foi menor que os localizados por Gutiérrez (1986, p. 116), em estudo sobre o Paraná, por exemplo. Lá, as crianças, consideradas até os 15 anos, corresponderam a 40,5%, em 1798; 39,8%, em 1810; 39,6%, em 1824; e 37,0% em 1836. Em Magé, nos anos de 1850-1851, 1870-1871 e 1885-1886, respectivamente, as crianças representaram 22,73%, 33,33% e 21,01% do total de escravos (SAMPAIO, 1994, p. 158).

O percentual de crianças, em torno de 28%, e o gradativo equilíbrio entre os sexos na segunda metade do século XIX, são indícios de uma reprodução natural, comum não apenas ao município, mas a diversas localidades, como Minas Gerais e Magé. Ao mesmo tempo, verificamos um distanciamento do mercado, no caso, do tráfico interno.

Portanto, a diminuição do número de cativos atingiu, principalmente, os homens, muitos deles africanos e em idade adulta. Possivelmente, houve um processo de venda de escravos para fora do município². Dito de outra forma, a venda foi um dos destinos dos escravos que viviam em Angra, provavelmente encaminhados às áreas cafeeiras do vale do Paraíba.

A venda teria atingido, em menor volume, as crianças e os idosos. Os primeiros, em torno de seus dez anos, estariam aptos a realizar algumas atividades e os idosos, embora com reduzida capacidade produtiva, poderiam ainda trabalhar, caso não sofressem de uma grave doença. No entanto, além da venda, as alforrias teriam contribuíram para a diminuição da escravaria local³.

Segundo Castro (1997), muitos senhores do Sudeste alforriaram seus cativos:

Ao contrário do que se poderia esperar, num contexto de escassez de mão-de-obra, as alforrias se multiplicaram ao longo da segunda metade do século XIX. Há o fato de que a instituição escravista sofria uma perda progressiva de legitimidade. Mas há também a circunstância de que se tornava perigoso, para os senhores, frustrar as expectativas do trânsito para a liberdade dos próprios cativos. (CASTRO, 1997, p. 360)

Dos inventários de escravistas disponíveis para Angra dos Reis, em 24 encontramos a prática da alforria na segunda metade do século XIX⁴. Joaquina Maria

² A tendência, na segunda metade do século XIX de envio de escravos dos pequenos senhores, de vilas e de outras regiões do Brasil rumo às áreas de grande lavoura foi citada por Castro (1995, p. 38).

³ Alguns estudos constataram que as mulheres escravas, as crianças e os adultos jovens foram os mais beneficiados com a alforria. Isto foi visto em Campos no século XVIII por Faria (1998, p.107). As mulheres foram preferenciais nas alforrias concedidas no Recife, nos anos de 1827 e de 1842, correspondendo, respectivamente, a 60,8% e 54,4%, dos libertos (CARVALHO, 1998, p. 222). Em Salvador, entre 1684 e 1745, foram duas mulheres para cada homem liberto (SCHWARTZ, 2001, p. 184).

⁴ Em 17 inventários, datados de 1800 até 1848, houve escravos sendo alforriados.

de Jesus, em seu testamento, libertou três dos seus 20 escravos. Os mesmos foram citados como forros no seu inventário de 1863⁵. Outros escravos devem ter falecido, pois sabemos que elevadas taxas de mortalidade foram comuns entre cativos no Brasil (SCHWARTZ, 1995, p. 303-308).

Enfim, o século XIX, de modo geral, foi caracterizado por dois momentos: o primeiro, até meados do século, definido como de estímulo à economia, baseado, por exemplo, na atividade portuária. O segundo, desenhado gradativamente ao longo da segunda metade do século, foi calcado na diminuição do movimento portuário, no fechamento dos armazéns de café localizados no litoral e em dificuldades no acesso ao trabalhador cativo, provocadas pelo fim do tráfico Atlântico. Os acessos ao tráfico interno e à reprodução natural teriam amenizado a falta de braços.

A segunda metade do século foi definidora não apenas para Angra, mas para o sistema escravista brasileiro. Naqueles anos foram aprovadas leis que trataram diretamente do emprego da mão-de-obra como a Lei do Ventre Livre, de 1871. Esta deixava livre toda criança nascida de ventre escravo a partir de 28 de setembro de 1871 (PENA, 2001; BRANDÃO, 1996) e criava o Fundo de Emancipação para libertação dos cativos. Na verdade, os ingênuos poderiam ser empregados pelos senhores de suas mães até a idade de 21 anos. Foi aprovada também a Lei dos Sexagenários, de 1885, libertando os escravos com mais de 60 anos.

Portanto, ao longo do século XIX houve um movimento numérico decrescente de escravos, principalmente na segunda metade do século, paralelamente houve um gradativo equilíbrio entre os sexos e aumento da presença de crioulos, muitos nascidos na província e, quiçá, no próprio município.

Os cativos constituíram uma comunidade cada vez mais envelhecida e formada por crianças que, da mesma forma que garantiram a formação de laços parentais, ofereceram aos seus proprietários a esperança de reporem as perdas de braços, sofridas naqueles anos.

⁵ Os escravos alforriados foram João, de nação Moçambique, com 70 anos, sua esposa Luzia, de nação Benguela, com 60 anos, e Teresa, de nação Rebole, com 55 anos. **Inventário de Joaquina Maria de Jesus, 1863**. Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almanak Laemmert, anos pares entre 1844 e 1882 e anos de 1883 e 1885. <uchicago.edu/info/brazil/almanak2.htm>; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, RJ.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica*. Demografia de Minas Gerais, 1720-1888. São Paulo: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado em História Social)-USP.

BRANDÃO, Sylvana. *Ventre livre, mãe escrava*. A reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. da UFPE, 1996.

CAPAZ, Camil. *Memórias de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. Laços de família no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2, p. 337-383.

Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, RJ.

COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1819-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações econômicas no litoral norte-paulista (1778-1836)*. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado em Economia)-USP.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.

GURGEL, Heitor & AMARAL, Edelweiss. *Paraty, caminho do ouro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

GUTIERREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. São Paulo: 1986. Dissertação (Mestrado em Economia)-USP.

Inventários post-mortem de Angra dos Reis, 1800-1888. Angra dos Reis, RJ. Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

Jornal do Comércio, de 1827 a 1888. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

_____. *O Homem e a Serra*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LIMA, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis*. 2 ed. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal, 1972.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

MACHADO, Lia Osório. *História da ocupação*. Rio de Janeiro: UFRJ, s. d. (mimeografado).

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 367-400.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. Estudo da demografia histórica e história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

_____. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população. 1750-1850. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

MARCONDES, Renato Leite. O evoluer demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1789-1840). In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 25, n 2, p. 235-270, maio/ago. 1995.

MENDES, Alípio. *Ouro, incenso e mirra*. Angra dos Reis: Gazeta de Angra, 1970.

_____. *A Santa Casa de Angra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.

_____. *O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande*. Angra dos Reis: edição do autor, 1980.

_____. *O Velho Convento*. 2 ed. Angra dos Reis: edição do autor, 1991.

_____. *Angra dos Reis*. Da criação da vila até sua transferência para a atual cidade (1502-1624). Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, 1995.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: 1996. Tese (Doutorado em História Social)-USP.

PENA, Eduardo Spiller. *Pagens da casa imperial*. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja*. História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Relatórios de Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos de 1841, de 1851 e de 1858. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Magé na crise do escravismo*. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos. Niterói: 1994. Dissertação (Mestrado em História)-UFF.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. Trad. Laura Teixeira Motta. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. vol. 1
SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

VALENTIN, Agnaldo. *Nem Minas, nem São Paulo*. Economia e demografia na localidade paulista de Apiaí (1732-1835). São Paulo: 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-USP.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário*. Relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881. Niterói: 2001. Dissertação (Mestrado em História)-UFF.

_____. *Pais e filhos nos limites da escravidão*. São Paulo: Nativa, 2002.

_____. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. São Paulo: 2006. Tese (Doutorado em História)-USP